

Biênio 2018 / 2020 - Fevereiro

100|2018

www.ammmp.com.br

**AMMP se mobiliza para reverter decisão
que suspende pagamento de auxílios**

PG 3

**Chá das 3 celebra
o dia da mulher**

PG 9

AMMP NOTÍCIAS



**AMMP encaminha ofício para PGJ defendendo
gratificação por exercício cumulativo para membros**

Luta pelos direitos da carreira

Vivenciamos mais um dos difíceis momentos da vida ministerial. Aos 9 de fevereiro de 2018, em meio aos preparativos para o tradicional carnaval brasileiro, reboou em toda a classe a grave notícia oriunda do STF anunciando a suspensão do auxílio-saúde, em decorrência de liminar proferida pelo Ministro Luis Roberto Barroso, não obstante a previsão em nossa legislação estadual. A notícia surpreendeu a todos. Afinal, além da previsão legislativa, é bastante incomum a concessão de liminares em questões financeiras sem a submissão da matéria ao pleno. Como se não bastasse, em casos similares, o STF havia concedido tratamento diverso, o que inclusive foi externado ao Ministro em diversas ocasiões. Todavia, a que se respeitar a posição do Ministro, que agiu no completo exercício de suas funções e conforme a sua independência funcional. O que, obviamente, não significa que concordemos com sua posição. Neste cenário, a AMMP esteve reunida durante todo o mês com o Procurador-Geral de Justiça, a presidente da CONAMP e as mais diversas autoridades a fim de discutir a matéria e eventuais soluções. Os recursos pertinentes foram devidamente apresentados, em especial por meio da interposição de agravo interno e embargos declaratórios. Atualmente o Ministro Relator pediu à Presidente do STF data para julgamento da liminar pelo pleno. Estamos, portanto, trabalhando intensamente a fim de demonstrar os equívocos da decisão e possíveis soluções baseadas inclusive na adoção de forma semelhante à aplicada para os próprios Ministros do STF.

Entretanto, as dificuldades não param por aí. Seguiu-se, também em fevereiro, uma série de notícias nos principais jornais atacando o auxílio-moradia e tentando nos colocar, conjuntamente com o Poder Judiciário, contra a população. Há uma clara tentativa de demonizar as instituições da justiça justamente no instante ímpar na história do país, em que pela primeira vez detentores do poder econômico e político são alvos do direito penal, até então restrito às camadas mais pobres da população. A matéria atualmente se encontra pautada para julgamento no STF para o dia 22 de março.

Por outro lado, soa no mínimo estranho a ausência de notícias acerca de nossa defasagem salarial de mais de 45% desde a implementação do subsídio, em 2005. Não é legítimo e muito menos justo que as carreiras do Ministério Público e Poder Judiciário sejam enfraquecidas justamente por bem exercerem suas funções.

O que se espera, inclusive dos Ministros do STF, é que haja um estalo virtuoso que tenha o condão de despertá-los para a importância de uma carreira forte e estruturada, cujas potencialidades não podem ser jogadas fora, mas reestruturadas para que ressurgam fortes e atraentes o suficiente para terem em seus quadros os melhores profissionais. É nesse sentido que estamos trabalhando diuturnamente por uma recomposição justa.

Nesta luta, que é de todos nós, é muito bem-vinda a ajuda dos colegas, trabalhando ainda mais em prol da comunidade e demonstrando à população local a importância do Ministério Público.

Seguimos fortes e unidos na luta por dias melhores.

Diretoria



ASSOCIAÇÃO MINEIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Presidente:
Enéias Xavier Gomes

Rua Timbiras, 2.928
Barro Preto
30140-062
Belo Horizonte/MG
ammmp@ammmp.org.br
www.ammmp.org.br

O AMMP Notícias é uma
publicação da
Associação Mineira do
Ministério Público

1º vice-presidente:
José Silvério Perdigão

2º vice-presidente:
Larissa Rodrigues Amaral

3º vice-presidente:
Luiz Felipe de
Miranda Cheib

4º vice-presidente:
Hugo Barros de Moura Lima

1º diretor administrativo:
Fabrício Marques Ferragini

2º diretor administrativo:
Fabiano Ferreira Furlan

1º diretor financeiro:
Eduardo Francisco
Lovato Bianco

2º diretor financeiro:
Francisco Chaves Generoso

Responsáveis pela edição

Jornalista responsável
Guilherme Reis
(MG 174.031)

Repórteres

Bárbara Peixoto
(MG 0018414)

Felipe Jávare
(MTB 12046/MG)

Diagramação
Bárbara Peixoto

Tiragem
1.000 exemplares

Política Remuneratória

AMMP se mobiliza para reverter decisão que suspende pagamento de auxílios a membros do MP

A diretoria da AMMP está se mobilizando para reverter a decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, que por meio de liminar, suspendeu o pagamento do auxílio-livro e auxílio-saúde aos membros do Ministério Público de Minas Gerais. A Adin pedindo a extinção dos auxílios foi protocolada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), em setembro de 2017.

Além de medidas legais cabíveis, a AMMP tem se reunido com lideranças para sensibilizá-las a respeito da política remuneratória para os membros do MP.

O presidente da Associação, Enéias Xavier Gomes, explicou que os direitos dos membros do MP são resguardados pela legislação do Estado e que aguarda decisão definitiva do pleno. “A AMMP lamenta a decisão, tendo em vista que há uma lei estadual autorizando o pagamento. Foi uma decisão monocrática, mas que deve ser tomada pelo ple-

no”, enfatizou.

Liminar

Na decisão, o ministro Barroso entendeu que os benefícios, apesar de serem garantidos pelo PLC 136/2014, “não justificam o descumprimento do modelo constitucional que determina o pagamento de subsídio (salário sem acréscimos)”.

A liminar ainda deverá ser apreciada pelo plenário do STF para julgamento definitivo, no entanto, ainda não foi definida a data.

Auxílio-Moradia

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, marcou para o dia 22 de março o julgamento de mérito das liminares que garantiram o pagamento de auxílio-moradia a todos os magistrados do país.

ACOMPANHE NO SITE
OS PROJETOS DE LEI
DE INTERESSE DA
CLASSE EM TRAMITAÇÃO



**Cada fase da vida tem seus desafios e imprevistos.
Em todas, é melhor fazer um JustVida.**

Se você é jovem, está mais exposto a imprevistos. Se tem família, precisa garantir o seu futuro. E, se já for maduro, transmitir um patrimônio intacto às próximas gerações. Então, faça um JustVida, o Seguro de Vida recomendado pela AMMP. Ele garante o futuro da sua família em todas as fases, em todos os momentos. Para fazer o seu, solicite um consultor da Siena pelo fone: **0800-771 1231**.



Acompanhamento legislativo

Com a suspensão da tramitação de PEC's no Congresso, Foro Privilegiado pode ser decidido apenas por STF

Divulgação STF



Como a intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro travou a tramitação de PEC's no Congresso Nacional, a análise do foro privilegiado só poderá ser feita, em 2018, pelo Supremo Tribunal Federal. Cerca de 55 mil autoridades no Brasil, entre agentes políticos, ministros de estado e de tribunais superiores, juízes, membros do Ministério Público, governadores, entre outros, gozam da prerrogativa.

A PEC 333/2017, que propõe a extinção do foro especial por prerrogativa de função no caso dos crimes comuns, de autoria do senador Alvaro Dias (PODE), foi aprovada em dois turnos no Senado e chegou à Câmara em junho do ano passado. Na Casa a tramitação do texto ganhou algum impulso em dezembro de 2017, quando o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), assinou a criação de uma Comissão Especial para analisá-lo. Passados mais de 30 dias da reabertura dos trabalhos legislativos, o colegiado ainda não havia sido formado.

O fim do Foro também começou a ser analisado no Supremo, em novembro do ano passado, e seis, dos 11 ministros, seguiram o voto do relator da matéria, Luís Roberto Barroso, que propôs a tramitação em primeira ins-

tância de processos respondidos por parlamentares, salvo quando os crimes são cometidos durante o exercício da função. A apreciação do tema foi interrompida devido ao pedido de vista do ministro Dias Toffoli.

No entanto, no último dia 23 de fevereiro, Toffoli, ao participar de evento na faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, disse que liberaria seu voto até o fim de março. Neste caso, caberia à presidente do STF, a ministra Cármen Lúcia, pautar o julgamento.

Posicionamento

A CONAMP e a AMMP acompanham a matéria sistematicamente desde o início da tramitação. As entidades também foram, em 2016, à Câmara dos Deputados para participar de debate sobre o tema.

Na ocasião, a presidente da CONAMP, Norma Angélica Cavalcanti, se posicionou pelo fim do foro especial por prerrogativa de função para todas as autoridades. "Eu voto no sentido de que, caso o foro seja extinto para Senadores e Deputados, que seja extinto para todos os que têm. Terminando para um, deve terminar para todos os que possuem foro privilegiado."

Defesa de prerrogativas

Minas e mais três estados não permitem que promotores concorram ao cargo de PGJ

Emenda aprovada na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul (ALMS), que autoriza todos os integrantes da carreira do Ministério Público do Mato Grosso do Sul a concorrerem ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, reforça a necessidade de Minas Gerais rever as regras do pleito. Além de Minas, São Paulo, Roraima e Tocantins são os únicos Estados do Brasil que não permitem a participação dos promotores no escrutínio.

A PEC, aprovada por unanimidade na ALMS, no último dia 20 de fevereiro, permite que, preenchidos todos os requisitos legais, todos os membros do MPE

possam concorrer ao cargo. As demais regras para participar das eleições internas ainda serão definidas – com isso, não valerão para a eleição que está em andamento neste momento, ficando vigentes, se aprovadas, para o ano de 2020.

Ao longo dos últimos dois anos, a AMMP buscou dialogar com a classe e com lideranças do parlamento para modificar as regras para a escolha do PGJ. O que vai ao encontro dos anseios dos associados. Em 2016, uma enquete feita para verificar a posição dos associados acerca da elegibilidade de promotores de Justiça para o cargo de procurador-geral de Jus-

tiça, apontou que, dos 295 votantes, 76,76% desejavam a mudança legislativa.

Ancorada na vontade de seus pares, em abril de 2017, a AMMP apresentou, em abril, dois requerimentos ao Procurador-Geral da República e à presidente da CONAMP para eventual ajuizamento de ADI questionando inicialmente os artigos 123, parágrafo 1º da Constituição Estadual, e 5º inciso da Lei Complementar 34/1994, que tratam da concorrência ao cargo de PGJ.

Na ocasião, o ex-PGR, Rodrigo Janot, foi o responsável por ajuizar a ADI 5.704 para impugnação do 1º

parágrafo da Constituição Estadual. Além disso a CONAMP requereu sua admissão como amicus curiae na ação, o que foi aceito pelo STF em outubro de 2017, sendo este o último despacho da Corte em relação à matéria.

A presidente da CONAMP Norma Angélica Cavalcanti, entende que a participação de todos os promotores no processo democrático interno, é justo. “A Constituição Federal não diferencia Promotores de Procuradores de Justiça. Por isso a CONAMP tem como meta histórica defender a capacidade eleitoral passiva e ativa dos membros do Ministério Público”, destacou.

AMMP defende gratificação por exercício cumulativo para membros do MPMG

A diretoria da AMMP encaminhou, no dia 23 de fevereiro, ofício ao Procurador-Geral de Justiça, Antonio Sergio Tonet, para propor projeto de lei, a ser encaminhado para Assembleia Legislativa (ALMG), que institua a gratificação por exercício cumulativo de ofícios no âmbito do Ministério Público de Minas Gerais.

No documento, a diretoria da AMMP argumenta que os membros do MPMG têm acumulado cada vez mais trabalho em promotorias em que não estão lotados. “A situação tem se agravado ao longo dos anos, já que a demanda

nas promotorias e procuradorias cresceu substancialmente nos últimos tempos, sem o respectivo incremento do número de membros, exigindo muitas vezes que o integrante da carreira responda por dois ou até três ofícios.”

A proposta encaminhada ao PGJ também fez menção às leis federais 13.024/2014 e 13.093/2015, que versam sobre o pagamento de gratificação aos membros do Ministério Público Federal e Magistratura Federal em caso de exercício cumulativo de ofícios. A gratificação também é paga em outros estados, com autorização do Conselho Nacional do Ministério Público.

Aperfeiçoamento institucional

AMMP acompanha atuação das promotorias do MP

A diretoria da Associação visitou, até o fim de fevereiro, 10 promotorias de Justiça, com o objetivo de colher dos coordenadores locais, informações sobre a condição e estrutura de trabalho.

Durante as visitas, também são abordados outros temas,

como a defesa das prerrogativas dos promotores e direitos da classe.

Visando o aperfeiçoamento da atuação institucional, a diretoria da AMMP seguirá visitando as promotorias ao longo do ano.



Institucional

Diretoria acompanha sessão do CNMP

A Diretoria da AMMP acompanhou, no dia 21 de fevereiro, em Brasília, a sessão ordinária do Conselho Nacional do Ministério Público. Durante a plenária, o CNMP aprovou 9 propostas de súmulas e uma de enunciado, resultado das atividades do Grupo de Trabalho (GT) de Estudo e Sistematização dos 10 anos de Jurisprudência do CNMP.

O GT sistematizou, por assunto, os temas mais recorrentes e relevantes em procedimentos de controle administrativo instaurados no Conselho. As propostas tratam de competências do CNMP, concursos de ingresso às carreiras do Ministério Público, nomeação para cargos em comissão, remoção e promoção por merecimento, modificação de atribuições da promotoria e nepotismo.



Reunião CNMP

Visitas na AMMP



Na semana do dia 19 a 23 de fevereiro, a diretoria da Associação Mineira do Ministério Público recebeu visitas de cortesias feitas pelo Corregedor-Geral do MPMG, Paulo Roberto Moreira Cançado; pela diretoria do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, pelo Procurador-Geral de Contas, Daniel de Carvalho Guimarães.

Literatura

Sabores de Lourdes: partilha e fraternização

O livro de receitas “Sabores de Lourdes” é fruto da ideia da pensionista Terezinha Matias, que também é paroquiana da Basílica de Lourdes, em Belo Horizonte, e reúne quitutes, segredos e preciosidades da culinária familiar.

Segundo o padre Welington Cardoso as receitas contidas no livro “registram a magia do espaço da cozinha, do tempero caseiro e da partilha à mesa”.

Outros associados também participaram do livro



com receitas caseiras.

O dinheiro arrecadado na venda dos livros irá para a reforma do telhado da Basílica de Lourdes e pode ser adquirido pelo preço de R\$60,00.

“Trovas Travessas” traz reflexões do cotidiano

O livro “Trovas Travessas” da procuradora de Justiça aposentada Maria de Lourdes Coimbra Nepomuceno Chaves, traz reflexões sobre ações e reações do ser humano, colhidas pela autora, durante sua atuação profissional e na sua vida social.

No prefácio, assinado por Geraldo Dácio de Souza, uma promessa: “Trovas Travessas irá levar ao leitor momentos de prazer, encantamento e ternura”.



Acadêmica Monica Sofia faz palestra sobre a “Mãe da Poesia Moçambicana”

Fotos: Bárbara Peixoto



Com uma apresentação sobre a poetisa Noémia de Souza, conhecida como a “Mãe da Poesia Moçambicana”, a Academia de Letras do Ministério Público reabriu, no dia 28 de fevereiro de 2018, às 10:00, no auditório da Associação Mineira do Ministério Público, as reuniões do ano 2018.

A acadêmica e palestrante, promotora de Justiça Mo-

nica Sofia Pinto Henriques da Silva, lembrou Carolina Noémia Abranches de Souza Soares, poetisa nascida em Lourenço Marques (atual Maputo), Moçambique, no dia 20 de setembro em 1926 e autora do marcante livro de poemas, “Sangue Negro”, publicado no ano de 2001 pela Associação de Escritores Moçambicanos.

Trajetória

Noémia surgiu no cenário literário africano aos 22 anos, revelando talento e profundo conhecimento das belezas e das mazelas do povo africano, espelhados em versos fortes e que espantam pela atualidade. As tradições africanas, a cultura de oralidade, os estigmas que marcaram aquele continente e suas gentes são objeto do discurso poético de Noémia, que faleceu em Portugal, em 2002. Embora ainda pouco popular no Brasil, a poesia de Noémia de Sousa é conhecida e estudada no meio literário e seu poema “Súplica” foi lido pelo escritor pernambucano Marcelino Freire durante a Flip – Festa Literária Internacional de Paraty, causando emoção pela pungência de seus versos. A poetisa de Noémia de Sousa, como lembrado pela palestrante ao declamar os poemas “A minha dor” e “Lição”, possui elo consolidado com a vivência brasileira, países irmãos que são

Brasil e Moçambique.

Confraternização

Chá das 3 celebra o dia internacional da mulher

A AMMP realizou, na tarde do dia 6 de março o Chá das 3, para aposentados e pensionistas. O evento foi marcado pela homenagem ao dia das mulheres.

Além de se servirem do tradicional chá e petiscos, os cerca de 40 presentes ainda participaram do sorteio de uma massagem no Spa Bella Donna, empresa conveniada à AMMP e que oferece desconto aos associados e associadas.

Durante a comemoração também foi ministrada uma aula de zumba, momento em que pensionistas e aposentadas deixaram suas cadeiras para dançar. Ao final, as mulheres foram agraciadas com uma rosa.

A promotora aposentada Marlene Maria Almeida Ferreira afirma que todas as homenagens são merecidas e fez votos de felicidades a todas as mulheres. "Eu desejo que as mulheres saibam buscar a felicidade dentro delas. A felicidade não está fora, mas dentro. Que elas consigam enxergar a felicidade".



Chá remonta bailes carnavalescos



A AMMP realizou, no dia 6 de fevereiro, o Chá das 3 em ritmo de Carnaval. Os cerca de 25 presentes na sede da Associação, se encontraram ao som das tradicionais marchinhas de Carnaval. Também foram distribuídos adereços típicos do tríduo momesco, como máscaras e colares havaianos.

Para foliã e pensionista Gersina Maria de Faria, que sempre comparece ao Chá das 3, a escolha do tema garantiu um ambiente de alegria. "Foi muito feliz escolher o Carnaval como tema. O carinho com que tudo foi preparado me deixou satisfeita. Nada melhor do que as marchinhas para embalar o encontro com amigos queridos".

O presidente da AMMP, Enéias Xavier Gomes, também esteve presente no Chá e destacou que a diretoria da Associação tem "grande preocupação com os pensionistas e aposentados". "Precisamos valorizar quem construiu a história que colhemos hoje. Não podemos nos distanciar dos pensionistas e aposentados", enfatizou.

Homenagem ao promotor Gilmar de Assis

A diretoria da AMMP esteve presente, no dia 7 de fevereiro, na homenagem ao promotor de Justiça Gilmar de Assis, pelos serviços prestados à comunidade da Comarca de Contagem.



AMMP-Saúde

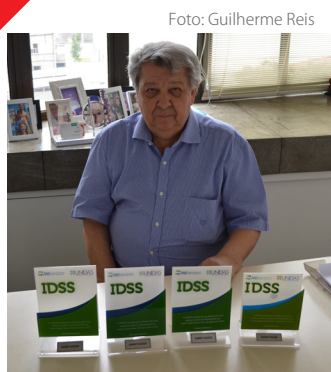


Foto: Guilherme Reis

Hugo Avelino - Gerente do plano

Premiado nos últimos quatro anos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) devido à números expressivos no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS), o AMMP-Saúde é referência em relação aos serviços

Administração e apoio histórico da diretoria transformaram o AMMP-Saúde em dos melhores planos do Brasil

prestados e sustentabilidade financeira.

A consistência do plano, de acordo com o seu gestor, Hugo Avelino, se deve ao modelo de pós-pagamento. "Dividimos o ano em 4 trimestres. Aquilo que se gastou no primeiro trimestre, é o valor que vai ser cobrado do grupo no segundo trimestre. Temos outras vantagens também. Além de não termos inadimplência, temos muita gente na base inicial e pouca na final.

De 12% a 15% têm mais de 59 anos. E as pessoas acima de 59 têm uma origem saudável", explicou Avelino que ainda ressaltou que "em 20 anos, nunca teve, por parte da diretoria, nenhuma ação para reduzir o plano".

Para Hugo Avelino, que também faz parte do conselho deliberativo das Unidas Nacional, entidade que defende os direitos dos planos de saúde de autogestão, focar em prevenção vai ajudar o AMMP-Saúde a se

manter sustentável. "Nossa meta neste ano é investir em prevenção. A internação e o gasto médico são altos. E a ciência está aprimorando, cada vez mais, os tratamentos. Os custos ficam mais altos à medida que surgem novas tecnologias."

Atualmente, o plano-Saúde presta serviço a 4.850 vidas e o atendimento abrange outros estados, como São Paulo, Rio Janeiro, Espírito Santo e Brasília.

AMMP - Saúde divulga novos convênios

BELO HORIZONTE

Nome: Flávia De Freitas Alves Serviços Médicos Eireli

Endereço: Avenida Barbacena, 839

Bairro: Santo Agostinho – Belo Horizonte – CEP: 30190-191

Telefone: (31)3337-7763

Especialidade: Dermatologia

Nome: Clínica Otoneuro Ltda - ME

Endereço: Avenida Pasteur, 89 Sala 1308 A 131

Bairro: Santa Efigênia - Belo Horizonte - CEP: 30150-290

Telefone: (31) 3055-3224

Especialidade: Otorrinolaringologia

Dermatologia

Endocrinologia

Fonoaudiologia

Nutricionista

Nome: Tereza Augusta Grillo

Endereço: Rua Domingos Vieira, 319 Sala 405

Bairro: Santa Efigênia-Belo Horizonte-CEP: 30150-240

Telefone: (31) 3243-1660

Especialidade: Cardiologia

Cardiologia Pediátrica

UBERLÂNDIA

Nome: Confiance Serviços Médicos Ltda

Endereço: Rua Machado de Assis, 46 Sala 311

Bairro: Centro – Uberlândia – CEP: 38400-112

Telefone: (34)3088-9552Especialidade: Urologia

VIÇOSA

Nome: Alfa Imagem Ltda

Endereço: Rua Professor Alberto Pacheco, 33 Sala 101/102

Bairro: Ramos – Viçosa – CEP: 36570-000

Telefone: (31)3891-3889

Especialidade: Diagnostico Por Imagem

Cancelados:

BELO HORIZONTE

Nome: Ultra Sonografia São Camilo Ltda.

Endereço: Avenida Silviano Brandão, 1600 2º Andar

Bairro: Floresta – Belo Horizonte – CEP: 31015-000

Telefone: (31)3482-7000

Especialidade: Ultra-Sonografia

Nome: Nutrição Marina Rocha Ltda

Endereço: Rua Rodrigues Caldas, 726 Sala 706

Bairro: Santo Agostinho - Belo Horizonte

CEP: 30190-120 Telefone: (31) 3144-4322

Especialidade: Nutricionista

Seja Solidário

Casa de Auxílio e Fraternidade Olhos da Luz recebe doação de 30 computadores

A Casa de Auxílio e Fraternidade Olhos da Luz, entidade beneficiada pela Campanha AMMP Solidária que, no passado, doou 11 cilindros de gases diversos para os cursos de solda da Escola Profissionalizante Dr. Fritz, recebeu no mês passado, 30 computadores doados pela Procuradoria Geral de Justiça. A iniciativa foi do promotor de Justiça Celso Penna Fernandes Júnior.

Imposto de renda solidário

A AMMP disponibilizará a partir do dia 5 de março, de segunda a sexta, de 8h às 12h e de 14h às 18h, contabilistas para o preenchimento e envio da declaração do Imposto de Renda.

Neste ano, a AMMP está cogitando destinar os recursos para duas entidades que realizam trabalhos sociais: o Núcleo Assistencial Caminhos para Jesus e a Associação de Pais e Amigos do Centro de Reabilitação. O associado que tiver valor a pagar ou a receber, poderá destinar até 3% do imposto devido à entidade escolhida.

O associado que quiser fazer a destinação deverá avisar na hora ao contabilista que o atender na AMMP. A impressão do Darf (documento para pagar o imposto) é feita na hora.

Para que as instituições possam resgatar o recurso doado para seus projetos junto ao Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente, o associado deverá encaminhar a cópia do recibo, o mais urgente possível, para a AMMP (cadastro@ammp.org.br).

Beneficiados pelo Imposto de Renda Solidário

No ano passado, a Casa de Apoio à Criança Carente de Contagem foi beneficiada com mais de R\$66 mil do ajuste dos contribuintes junto à Receita Federal.

Caminhos para Jesus

O Núcleo é uma Associação Beneficente e de Assistência Social constituída de ilimitado número de associados, com a finalidade de prestar assistência material e amparo a pessoas (crianças, adolescentes, adultos e idosos), sem distinção de crença, raça ou nacionalidade.

A ASPAC – Associação de Pais e Amigos do Centro de Reabilitação

É uma instituição filantrópica de assistência social dedicada à habilitação, reabilitação e à promoção social de crianças, adolescentes e adultos com diferentes tipos de necessidades especiais (física e/ou mental) ou que tenham sofrido violência sexual, bem como àqueles que apresentam distúrbios na área da comunicação, aprendizagem e comportamento.

#ammpacompanha

Gaeco Núcleo Varginha se destaca em 2017



Ao longo do ano passado, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) – Núcleo Varginha deflagrou 18 operações. Do montante, foram cumpridos 58 mandados de busca e 77 mandados de prisões.

7 maiores operações

No âmbito dos crimes de receptação de veículos roubados, destacaram-se as Operações Frankenstein e Calhambeque, em Varginha e Elói Mendes, respectivamente. O Gaeco combateu, nestes fatos, corrupção ativa e passiva, embaraço às investigações e adulteração de sinal identificador de veículos. Foram cumpridos 16 mandados de prisão preventiva e 16 de busca e apreensão.

As operações envolvendo apropriação indébita de maior destaque foram Data Venia, Legem Habermus e Ad Judicia. Foram cumpridos 7 mandados de prisão e 10 mandados de busca. Conforme apuração do Ministério Público, advogados ajuizavam ações cíveis sem conhecimento das partes autoras, o que consequentemente envolveu, além de apropriação indébita, falsificação de documentos, falsidade ideológica e estelionato. As ações aconteceram nas cidades de Varginha, Elói Mendes e Bom Sucesso.

Em Três Corações, o Gaeco esteve atento à movimentação do PCC, tanto dentro da Penitenciária do município, quanto fora dela. Foram investigados tráfico de

drogas, furtos qualificados (explosões de caixas eletrônicos), venda de explosivos, armas de fogo e homicídios. A Operação Argos cumpriu 21 mandados de prisão e 28 mandados de busca e apreensão.

Em Santana da Vargem, o Gaeco Varginha investigou desvio de dinheiro público, por meio da Operação Hemorragia. A apuração apontou que dinheiro público destinado à Associação Comunitária Vargense, por intermédio de subvenção vinculada ao auxílio da população carente nas áreas da saúde, alimentação e moradia, era desviado para agentes políticos. Foram cumpridos 7 mandados de prisão e 5 mandados de busca e apreensão. A denúncia oferecida envolveu seis pessoas, 101 crimes de peculato, 101 crimes de falsidade material, 271 crimes de falsidade ideológica e 101 crimes de lavagem de dinheiro.

O subcoordenador do Gaeco em Varginha, o promotor Igor Serrano Silva, sinalizou que em 2018, o trabalho do MP será intenso, uma vez que outras investigações já estão em curso. “Acredito que vamos ter, neste ano, número de operações parecido com o de 2017. E vamos centrar nossa atuação no combate aos crimes de organizações criminosas maiores, tráfico de drogas e armas, explosão de caixa eletrônico e desvio de dinheiro público”.

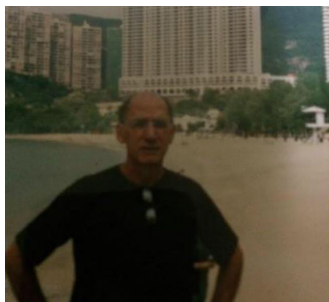
#ammpacompanha

Participe e compartilhe ideias!

Campanha de Valorização do MPMG

Envie para jornalismo@ammp.org.br
sugestões de matérias de ações do MPMG

O crime e a circulação física de moeda



Haveria tantos assaltos se não houvesse dinheiro em espécie no caixa eletrônico, no caixa da lotérica, no caixa do comerciante, no cofre do banco, no carro-forte, no bolso do transeunte, no interior das residências ou, resumindo, em lugar nenhum?

A ausência física de moeda produziria o seguinte fenômeno: o crime organizado e o desorganizado perderiam sua principal fonte de renda e, via de consequência, a criminalidade seria drasticamente reduzida.

Assaltos visando dinheiro ocorrem porque há dinheiro disponível em quase todo lugar.

A resposta, então, a ser dada aos crimes que visam à obtenção de dinheiro em espécie e sua perversa consequência, a violência, é simplesmente por fim à circulação física de moeda. E isto pode perfeitamente acontecer.

Num espaço máximo de 2 anos é possível implantar no país um sistema que permita que todas as operações de pagamento, recebimento e transferência de valores monetários se façam dentro do sistema bancário, dispensando-se a circulação física de moeda. E tecnologia para isto há de sobra.

E vamos agora à descrição de algumas vantagens da adoção de tal sistema:

I- a descapitalização das quadrilhas que não dispõem de recursos tão fáceis para compra de armamentos e manutenção de seus integrantes;

II- o desestímulo, especialmente em relação a menores, para ingresso no mundo do crime em razão da ausência de dinheiro fácil ao alcance de qualquer

um;

III- a economia de recursos públicos na fabricação de dinheiro, fato que consome algumas centenas de milhões de reais ao ano;

IV- a economia de recursos públicos e privados na guarda e transporte de dinheiro;

V- a cessação das explosões de carro-forte, de caixa eletrônico e da destruição de agências bancárias;

VI- milhares de pessoas deixariam de ser mortas e feridas em assaltos;

VII- os atos de corrupção diminuiriam, uma vez rastreáveis as movimentações financeiras;

VIII- haveria importante impacto na saúde pública uma vez que o dinheiro é um dos maiores veículos de transmissão de vírus e bactérias;

IX- a implantação desta proposta teria substancial impacto nos orçamentos públicos, na medida em que eliminaria a necessidade de sucessivos aumentos nos efetivos de todas as polícias do país e teria efeito

mais positivo do que qualquer alteração na legislação penal brasileira.

E o rol acima não esgota todas as hipóteses de vantagens que a não circulação física de moeda traria ao país e à sociedade.

A restrição à circulação física de moeda haveria de ser feita de forma paulatina, iniciando-se pelos maiores valores até alcançar os menores e de forma a propiciar tempo de sobra para que todo cidadão tenha uma conta bancária e disponha dos mecanismos necessários à sua utilização.

Este escrito é apenas um resumo de um grande estudo que abarca todas as providências necessárias à execução da medida sugerida e que busca responder a todas as situações que surgiriam como consequência à implantação do sistema de pagamentos, recebimentos e transferências de valores monetários apenas dentro do sistema bancário nacional.

EULER DE CASTRO é Procurador de Justiça Aposentado em MG.

**ESCREVA PARA O
AMMP NOTÍCIAS E
PARTICIPE ENVIANDO
ARTIGOS**

Os artigos publicados no AMMP
notícias não refletem a opinião da
AMMP.




Perfil

“O Ministério Público atua como verdadeiro defensor da sociedade”



Cláudia Alfredo Marques Carvalho - Promotora de Justiça e presidente da Seção Regional de Uberaba

1) Conte um pouco sobre sua trajetória pessoal.

Sou paulistana, terminei a graduação em 1994 na Instituição Toledo de Ensino – Faculdade de Direito de Bauru. Em 1996 fui para São Paulo fazer cursinho para as carreiras jurídicas. Fui aprovada no XXXV Concurso do MPMG. Uma semana depois da posse segui para a Comarca de Pirapora como Promotora de Justiça Substituta. Em Inhapim tornei-me Promotora de Justiça Titular e de lá segui para Ipatinga, Itaúna, São Sebastião do Paraíso e desde 2004 atuo na 14ª Promotoria de Justiça de Uberaba. Já trabalhei em

todas as áreas de atribuição do Ministério Público e hoje tenho como atribuições a Defesa da Saúde, Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência e Idosos, Conflitos Agrários e Apoio Comunitário. Acumulo a função de Coordenadora Regional das Promotorias de Justiça da Macrorregião Sanitária Triângulo do Sul. Sou casada e tenho um filho de quase 17 anos.

2) Quando ingressou no MPMG e o que a motivou a se tornar promotora?

Em 1998 ingressei no MPMG. Neste ano de 2018 completo vinte anos na carreira. O curioso é que demorei muito para descobrir minha vocação. No ensino fundamental e médio sempre fui boa aluna, gostava de estudar, mas não tinha preferência por uma determinada área. Tanto que iniciei duas faculdades antes do Curso de Direito, uma na área de biológicas e a outra em exatas, mas no final escolhi humanas. Talvez o fato de sempre ter sido uma leitora voraz tenha in-

fluenciado essa escolha. Já na faculdade descobri o Ministério Público. No início eu ouvia falar nessa instituição que era um mistério para mim e não entendia porque a maioria dos colegas dizia que queria ser Promotor de Justiça. À medida que entendi a grandiosidade das funções ministeriais despertei para a minha vocação.

3) Consegue se lembrar de fatos ou conquistas marcantes alcançadas durante a trajetória no MPMG?

A primeira grande conquista foi a aprovação no concurso. A partir daí tudo foi consequência. A função ministerial, em si, é extremamente relevante. Cada pessoa atendida de forma técnica e humanizada, cada processo criminal levado a bom termo, cada vítima acolhida e consolada, cada direito individual de pessoa vulnerável defendido, cada direito coletivo preservado. O dia a dia de uma Promotoria de Justiça é sempre marcante. Especificamente na minha trajetória uma atuação

me impactou. Em São Sebastião do Paraíso, onde não havia Vara da Justiça Federal, eu acompanhava como fiscal da lei as ações que pleiteavam a condenação do INSS ao pagamento de aposentadoria rural. Naquela época essas ações demoravam anos para transitar em julgado, quando só então o trabalhador passava a receber a aposentadoria e tinha direito de receber os pagamentos atrasados desde a citação do INSS. Descobrimos que os pagamentos atrasados não estavam sendo revertidos aos trabalhadores. Quando surgiram os primeiros casos conseguimos resolver através de acordo com os advogados que tinham retido indevidamente os recursos nos processos em trâmite. No entanto, a notícia se espalhou e aposentados com processos arquivados passaram a procurar a Promotoria de Justiça. De nosso lado, passamos a desarquivar os processos e chamar os aposentados para questionar se tinham recebido as aposentadorias atrasadas. Alguns tinham direito a quantias que ultrapassavam quinze mil reais. Para alguém que recebe

um salário mínimo de aposentadoria, tal valor pode representar uma mudança de vida, talvez a conquista do sonho da casa própria. Essa atuação teve repercussões cíveis e criminais. Foi muito gratificante fazer esse trabalho. E o principal é que conseguimos conscientizar a população sobre seus direitos e eles passaram a exercê-los. Atualmente, considero marcante a atuação na Defesa da Saúde, que é um grande desafio, notadamente como Coordenadora Regional, considerando a complexidade da matéria. A experiência na 14ª Promotoria de Justiça de Uberaba e a atuação na sede da Região Ampliada Triângulo do Sul me permite apoiar a atuação dos Promotores de Justiça da região. E o trabalho na fiscalização de Instituições de Longa Permanência de Idosos está repercutindo muito bem, inclusive com o acompanhamento da imprensa local, interessada nos resultados. Enfim, tudo para mim é marcante!

4) Se sente realizada com o trabalho realizado no MP?

Muito realizada! Quando ingressei no MPMG tinha convicção de que poderia mudar o mundo!

É claro que a experiência demonstrou que nossas ações são limitadas, tanto no âmbito territorial, como na esfera de direito material delimitado pela respectiva atribuição, mas dentro de minhas possibilidades procuro realizar mudanças efetivas no pequeno mundo à minha volta. Muitas ações ministeriais podem influenciar positivamente a implementação de políticas públicas, por exemplo. Somos muito criticados por propor ação em defesa do direito individual à saúde, mas o lado positivo do ponto de vista coletivo é obrigar o poder público a aumentar os itens em suas listas oficiais de medicamentos fornecidos pelo SUS a fim de diminuir a judicialização; realizar reuniões com os diferentes secretarias melhora a comunicação e promove a interação entre os serviços públicos anteriormente fragmentados; a fiscalização constante de Instituições públicas ou privadas filantrópicas de atendimento às populações vulneráveis promove uma melhoria significativa nas condições de atendimento; também nas demais áreas de atribuições a atuação do Ministério Público é essencial: a atuação criminal é primordial no fortalecimento da segurança pública; as Promotorias

de Infância e Juventude, de Defesa de Portadores de Deficiência e Idosos, fazem um trabalho excelente na promoção de defesa dessa população; a Defesa do Patrimônio Público é decisiva no combate à corrupção. E por aí vai. O Ministério Público atua como verdadeiro e efetivo defensor da sociedade. Para mim, não há nada mais gratificante do que fazer parte do Ministério Público.

5) Sendo a senhora presidente em Uberaba, qual a importância e o papel das seções regionais na atual conjuntura do Ministério Público?

Em primeiro lugar gostaria de enfatizar a importância da AMMP como órgão de representação de todos os membros do Ministério Público de Minas Gerais. Em tempos de inúmeras tentativas de fragilizar o Ministério Público, exatamente porque estamos desempenhando bem nossas funções de combate ao crime, à corrupção e às desigualdades sociais, precisamos nos unir em torno de nossa associação de classe a fim de potencializar a defesa de nossas prerrogativas e independência. Nesse sentido as seções regionais são importantes, tanto na capilarização dos serviços prestados pela AMMP, como na

divulgação da atuação da AMMP nos diversos enfrentamentos que se fazem necessários à defesa do MPMG e na promoção de interação entre os membros do MPMG nas diversas regiões.

6) A senhora já fez ou já fez uso de algum serviço da AMMP?

É claro, já fiz uso de inúmeros serviços da AMMP, tais como Assessoria Jurídica, Convênios, Departamento de Turismo, Eventos Culturais, Espaços da AMMP, Utilização de Apartamento em Cabo Frio e BH e Colônias, Saúde... Gostaria de enfatizar a presteza e gentileza com que sempre fui tratada por todos os colaboradores da AMMP. E agora, com os recursos tecnológicos disponíveis, ficou ainda mais fácil e confortável utilizar os serviços da AMMP.

7) Tem algum hobby?

No tempo que tenho de sobra após o trabalho, o estudo e a dedicação à família, costumo ler, assistir filmes e séries. Mas se um dia puder investir mais tempo em um hobby, seria gastronomia e fotografia. São duas coisas que adoro fazer, mas não tenho tempo de me dedicar da forma como gostaria.



VIII Copa de Kart recebe inscrições

A VIII Copa de Kart da AMMP está programada para o dia 28 de abril, de 9h às 13h. Serão duas baterias classificatórias e uma final de 30 minutos cada. As inscrições já podem ser feitas através do email esportes@ammp.org.br. A corrida acontecerá no end: Av. Adutora Várzea das Flores, 477 – Bairro Itacolomy – Betim.

Desconto para o Circuito das Estações

No dia 11 de março será realizada em BH a etapa Outono, do Circuito das Estações. Serão oferecidos percursos de 3, de 5 e de 10 km. A AMMP oferece inscrições com desconto para associados. Quem tiver interesse deve entrar em contato com a Academia por e-mail (esportes@ammp.org.br)



OFF ROAD



Outro evento que já tem data marcada e está mais que confirmado é o passeio pelas trilhas de Lavras Novas, distrito de Ouro Preto, localizado a aproximadamente 120 km da capital. O relevo acidentado e as cachoeiras da região atraem os fãs e praticantes de esportes de aventura.

A programação da AMMP, dia 7 de abril, prevê várias opções para os associados, como caminhada, mountain bike, e trilhas de moto e jeep.

As informações podem ser obtidas na Academia da AMMP pelo telefone (31) 2105-4872 ou pelo e-mail esportes@ammp.org.br